

ATA Nº11/2025 - 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 02(dois) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, os conselheiros: Adriana Rodrigues da Rocha Santos; Adriano Martins Xavier; Ana Lucia Rodrigues; Ana Paula Rocha de Azevedo; Andreia Micrute; Angela Pereira Branco; Brayan Adan Locatelli Persegona; Carmem Lúcia de O. Rocha; Carolline Pereira de Araujo Maia; Clayton Hepp Graebin; Clicie Maria C. Negoseki; Daniela Medeiros de Oliveira; Denise Dondoni Hoelzer; Dheborá Cristina da Silva; Fabio Luciano Azevedo; João Henrique de S. Arco-Verde; Leila Gonçalves de Carvalho; Lorena Catarina Jacomasso; Lucinéia Mianis de Carvalho; Maria Helena Guedes Tetu; Marillette Kuhnen; Marinês Gabriela C. Jarek; Maristela do Rocio Dittert; Rodrigo Cristiano de Oliveira; Sandro de Jesus Correia e Valdeliria Cristina Afonso. Outros participantes: Franciele Sabchuck – Departamento de Ensino Fundamental. Sob a presidência da Conselheira Carolline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 9ª reunião ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta: **1** – Abertura da Sessão Plenária; **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** – Aprovação da Ata; **2** – Deliberação Calendário Escolar 2026; **3** – Deliberação PPP; **4** – Alteração Deliberação 17/2021; **5** – recomposição das Câmaras; **6** – Correspondências recebidas; **7** – Outros assuntos.

A Presidente Carolline inicia a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a presença de todos, agradece também a Conselheira Lucinéia pelo espaço cedido. A Presidente fala sobre o mês do Outubro Rosa e a importância da conscientização do auto exame e distribui para cada Conselheiro um planfeito com uma lembrancinha. Dando sequência a pauta a Presidente coloca que já foi feito a verificação do quórum e os conselheiros que justificaram suas faltas foram: Letícia, Marilza, Louise, Jessica, Fábio Braun, Evelin, Barbára, Lauryen e Juliana Criminácio. Seguindo a pauta a Presidente Carolline apresenta a Deliberação sobre o Calendário Escolar, que estabelece normas relativas à definição do Calendário Escolar do ano de 2026 para as Unidades de Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de São José dos Pinhais, coloca que a Câmara de Normas e Planejamentos fez toda leitura e estudo, foi enviado no e-mail de todos para que fosse feita a leitura e enviado apontamentos caso necessário, foi recebido apenas 2 apontamentos da Conselheira Louise, que solicita esclarecimentos sobre o inciso III do art. 5º “02 (dois) Conselhos de Classe/Conselho CMEI/Estudo de Casos com dispensa de estudantes, em datas definidas pela SEMED;” A Presidente Carolline explica que são no mínimo 2, mas a SEMED pode colocar a mais. E o próximo esclarecimento é sobre o art.8º, inciso I – “transporte escolar municipal para as crianças e estudantes que utilizam o serviço, desde que a Unidade de Ensino solicite o atendimento com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao setor responsável, sendo disponibilizado somente as crianças e estudantes matriculados na instituição e não aos familiares;”. A Presidente Caroline coloca que talvez a dúvida seja sobre qual crianças que vão utilizar, mas refere-se as crianças da área rural que são as que já utilizam. A Presidente Carolline pergunta se todos entenderam, se precisa colocar mais alguma coisa?. A Presidente Ana Lucia coloca que na verdade desde que foi instituído o

3º trimestre, não dá para colocar no mínimo 3, porque tanto os CMEIs como a Educação Especial, são semestrais. A Presidente Caroline acrescenta que foi procurada pela Conselheira Leila para conversar a respeito do calendário para as unidades do Programa de Aquisição de Vagas, pois no calendário passado estava posto que precisava ser cumprido o calendário conforme o calendário da Educação Infantil do Município, a Conselheira Leila solicitou que fosse alterado para como está no contrato, somente o início e o término, porque ela estava tendo alguns problemas para se adequar, então foi colocado na Deliberação *§ 1º As Unidades de Ensino da rede Privada que participam do Programa de Aquisição de Vagas para Educação Infantil, deverão ter a mesma data de início, recesso escolar do mês de julho e de término de atendimento às crianças, de acordo com o calendário escolar definido pela SEMED.* Assim as unidades privadas tem a liberdade de programar suas ações pedagógicas. A Presidente Caroline faz um pedido para que fique registrado em ata, para que o SINEPE e a ASSEPART, envie um ofício para os filiados, conscientizando sobre a retirada do Calendário Escolar, o calendário é aprovado homologado, mas o documento oficial não está na unidade, então irá solicitar para que o SINEPE e a ASSEPART façam essa orientação. Na sequência chegam na reunião os Conselheiros: Clície, Leila, Valdelíra e Adriano. A Presidente faz uma breve retomada e reforça o pedido para a Conselheira Leila que é representante do SINEPE. A Conselheira Daniela faz um apontamento sobre o inciso III do art. 8º “*o serviço de limpeza para todas as Unidades de Ensino desde que não afete o contrato firmado entre a Prefeitura e a Empresa contratada.*” Colocando que isso não está sendo feito, no sábado letivo não tem o serviço de limpeza, assim como não tem vigia, profissional de apoio e estagiárias. O Conselheiro Rodrigo coloca que nenhum destes contratos tem previsão de serviço aos sábados. A Presidente Caroline explica que por isso está colocado que é desde que não afete o contrato firmado entre a Prefeitura e a empresa contratada. A Conselheira Daniela coloca que é um ponto para se pensar nos próximos contratos precisar ser conforme o calendário letivo. A Presidente Caroline concorda e pergunta se mais alguém quer colocar algo? Ninguém se manifesta. A Presidente Caroline pede para que os Conselheiros votem quanto a aprovação da Deliberação. O Conselheiro Rodrigo faz a conferência da votação, foram 17 votos para aprovação, nenhum contra e nenhuma abstenção. A Conselheira Ana Lucia faz um pedido para o Conselheiro Brayan, representante da SEMED, para que no próximo ano o recesso do mês de julho fique igual ao Estado e Municípios para que não haja problemas com os profissionais, pois quem trabalha em Curitiba este ano ficou com somente uma semana de recesso em julho e também pelas crianças, o Município teve que adequar o início do recesso para que as crianças do estado não ficassem sem o transporte e também pela organização das famílias que as vezes é o irmão maior que fica com o menor durante o recesso. Dando seguimento a Presidente Caroline coloca a presença da Franciele que solicitou a participação da reunião e também a presenças dos novos Conselheiros nomeados: Denise, Brayan, João, pedagogo Clayton e a Andreia Diretora, desejando boas vindas á todos. Conforme a pauta a Presidente apresenta a Deliberação sobre o roteiro para elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, que foi estudado pela Câmara de Normas e Planejamentos, enviado no e-mail de todos os Conselheiros e não foi recebido nenhum apontamento. A Conselheira Ana Lucia,

Presidente da Câmara de Normas e Planejamento coloca que foi recebido a solicitação de alteração e dentro do que foi possível, depois das discussões foram feitas algumas alterações nas considerações, porque na anterior ainda estava na pandemia, no vocabulário a maioria não foi alterado, porque foi utilizado uma linguagem adequada para o entendimento das famílias e dos profissionais, a principal alteração foi a respeito do prazo, foi colocado para início do ano que vem com a previsão de implementtar a partir do segundo semestre do ano que vem, e o Regimento que é feito após o PPP, será construído no segundo semestre do ano que vem, para ser implementado em 2027, a sugestões que vieram da educação Infantil foram aprovadas, a questão que foi solicitado para ir para a Comissão sem passar pelo conselho escolar, o Conselho não concordou, precisa ter o olhar da unidade e se precisar fazer alteração eles também precisam ter o exercício de que as famílias também precisam ter o conhecimento, o Conselho escolar é a primeira instância da gestão democrática dentro da escola, então é preciso fazer com eles também e depois que estiver parovado pela Comissão, vem para o Conselho, foi alterado também para no mínimo 4 (quatro) membros a comissão, 1 de cada departamento: Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial e Divisão de Estrutura e Funcionamento. No roteiro também foram acatadas as sugestões de alterações enviadas, na parte da caracterização a grande maioria retirou a parte da matenedora, foi colocada novamente porque é necessario falar sobre a unidade e estar dentro do processo que vai permear todo o trabalho do PPP, foi sugerido pelo CME que a SEMED possa fazer, junto com a Divisão de Estrutura, os Departamentos e as demais Divisões um Caderno Orientador para encaminhar para as unidades, com um cronograma igual de trabalho, com a data de entrega, de retorno, antes do segundo semestre. A Presidente carolline complemente que a análise final do regimento ficou para a próxima reunião. A Conselheira Clicie sugere que seja encaminhado até a final do ano, porque no início do ano tem 2 (dois) momentos de reunião de planejamento. A Presidente Caroline segue para a votação e após a confere^ncia dos votos, a deliberação foi aprovada com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. A Próxima pauta é sobre a alteração do artigo 3º da deliberação n º 17/2021, a Presidente Carolline coloca que foi uma discussão bem ampla, foi possível chegar numa solução que ficasse a contento também da Secretaria, foi enviado por e-mail e não veio nenhum apontamento por e-mail, a Presidente apresenta a alteração da grade horária, os componente ficaram divididos em Regente I e Regente II, garantindo a permanência e os 33%, a primeira proposta que a Câmara enviou não dava devido a organização dos professores. A Conselheira Andreia Micrute fica com dúvida em relação a carga horária do regente II. A Conselheira Denise coloca que fica a encargo de cada Escola, conforme tamanho, porte e quantidade de turmas, essa carga horária permite que haja uma flexibilização de como a Escola vai se organizar, de qualquer forma consegue fechar a carga horária do dia com as 4 horas sem as janelas que hoje acontecem. A participante Franciele pede para se pocionar a respeito da grade horária, então faz a leitura de sua manifestação com todo respeito à Secretaria e à Comissão que estudou a proposta, a manifestação lida defende a manutenção da carga horária de ciências humanas, história geografia e ensino religioso, currículo do Ensino Fundamental, defendendo cada componente e o prejuízo que pode ser alcançado com a redução da carga horária. A

Presidente Carolline explica que foi bastante falado sobre a flexibilização que o professor tem, chegar até a grade que foi colocada, não foi fácil, não foi possível agradar à todos, tanto a Secretaria, quanto os pedagogos, tiveram que ceder em algum momento, foi levado em consideração a flexibilização, e diante de tudo o que foi proposto e do olhar que hoje a SEMED pede, o Conselho não é contra e Educação e nem contra a SEMED, precisa achar um ponto de equilíbrio, a Presidente Carolline acolhe e agradece o que foi manifestado pela participante Franciele, o Conselho é um lugar de voz e de respeito, para o servidor e para o professor. A Conselheira Lorena coloca que não é uma questão de agradar, é uma questão de lei e está previsto na BNCC, entendo o contexto e todas as demandas, mas a língua portuguesa é um componente dentro da área de conhecimento da linguagem, o ensino religioso é uma área do conhecimento, não tem como uma área do conhecimento ter uma carga horária tão reduzida, não bate com o que está proposto no referencial, precisa ser revisto, pois isso irá trazer muitos prejuízos para as crianças. A conselheira Maristela coloca que acolhe muito tudo o que foi colocado na manifestação, explica que o quadro sugerido antes era muito pior e foi indignante pensar que pedagogos que saíram da base, fizeram esse quadro, foi bem desgastante chegar nessa proposta e sabendo que é preciso fazer a educação de São José funcionar, concorda que é um desrespeito com a ciências humanas, para entrar num consenso foi muito debatido que o regente consegue articular melhor, foi almejado para as próximas formações trazer os temas de história e geografia para a língua portuguesa, não acha que isso seria ideal, acha que deveria estar no quadro a carga horária correta, mas o embate estava muito cansativo, terá que trabalhar com isso para não perder toda a temática de história e geografia e para ter crianças críticas, a justificativa para o aumento da carga horária de português é porque está com bastante defasagem, mas por outro lado as crianças estão sem repertório, se diminui história e geografia, diminui o repertório, não é a melhor opção, mas será buscado rever essas questões. A Conselheira Denise coloca que em maio a Secretaria foi convidada pelo Tribunal de contas a responder uma série de situações, teve auditoria referente ao pedagógico e foi exigido algumas posturas em relação à SEMED e os indicadores usados são basicamente português e matemática, concorda e acolhe a fala da participante Franciele, e achou muito interessante no dia da reunião, a fala dos participantes, que pontuaram e acharam importante que reavalie com constância essa prática, porque neste momento é preciso que o município tenha uma elevação nestes dados e está sendo extremamente cobrado pelo estado, porque como é um município muito grande, acaba puxando o índice do estado para baixo, o município está passando por intervenção direta do estado em 5 unidades e mais 18 escolas elencadas como escolas prioritárias, as ações foram pensadas na possibilidade de elevar o índice, mas principalmente adequar para que não haja essas janelas que hoje dificultam, por exemplo, que coloque profissional de apoio pedagógico em contra turno, quando tem muitas janelas na carga horária inviabiliza a regra do 920 +1 ou 920 +2, conforme o porte da unidade, inviabilizando isso não tem o profissional de apoio para fazer o reforço escolar no contra turno, precisava distribuir essa carga horária de uma maneira que as escolas tivessem autonomia e visando garantir que todas as escolas tenham a possibilidade de ter um profissional de apoio em contra turno, pode não ser a melhor

alternativa, mas para esse momento foi a alternativa que foi muito discutida e acolhe o que foi falado do monitoramento constante para que seja percebido uma necessidade de mudança, foi conversado que no final do 1º trimestre do ao que vem, já se possa reavaliar. A participante Franciele faz a consideração de que sabe que o professor regente que faz as manobras com a carga horária, mas a partir do momento em que sai um documento assim, está se dizendo formalmente que Ciências Humanas está autorizada à ter uma carga horária menor, então sugere que conste no documento que é uma sugestão de organização provisória e que assim que essa avaliação se consolidar, que seja retornado a proposta anterior da Deliberação 17/2021. A Conselheira Ana Lucia coloca que o estudo iniciou com uma carga horária bem diferente, porposta pela gestão anterior, com aumento muito grade para Educação Física e diminuindo as demais, foi dialogado até chegar a este processo, foi falado da dificuldade e preocupação com o ensino religioso e lembra que em 2021 não tinha essa carga horária diferenciada, cada professor trabalhava de acordo com seu trabalho, é necessário sair a distribuição da carga horária, até pela questão do cumprimento da hora atividade que tanto o SINSEP solicita, e a questão da distribuição o professor de sala de aula sabe o que precisa ser trabalhado, na última reunião foi colocado a preocupação da Educação Digital ter um tempo maior, porque as pessoas da Rede não estão preparadas para a Educação Digital, tem uma equipe, tem uma proposta, mas até chegar lá é preciso preparar os profissionais, a mesma fez a proposta de no momento atender dessa forma e que se avalie no primeiro trimestre de como está e a própria SEMED pode verificar e fazer os ajustes, mas começar esse trabalho no começo do ano, para que o pessoal se adapte e essa questão do cumprimento é orientador, o professor pode flexibilizar, não foi colocado no documento que tem que passar por avaliação no primeiro trimestre, foi o conversado na reunião de Câmara, mas não está fechado, o Conselho está dialogando com a Secretaria e esse monitoramento no primeiro trimestre é uma responsabilidade que o Conselho pegou de acompanhar e ver junto com a Secretaria, no caso de das ciências humanas está ali para o professor regente fazer a distribuição conforme a necessidade da sua turma, mas em nenhum das propostas, nem da gestão atual, nem da gestão anterior não vemos desvalorização à nenhum componente curricular, não foi essa a intenção, a questão do acompanhamento o índice é só resultado do que ainda não foi conseguido, é importante fazer essa mudança e aos poucos ir se adaptando e se reorganizando, assim como houve uma organização em 2021, estamos organizando agora para o próximo ano e depois ir organizando novamente. A conselheira Ana Lucia acrescenta que é solidária com o sentimento da participante Franciele, mas que ela entenda que jamais é de desvalorização ao componente. A Conselheira Clicie coloca que no dia da reunião votou com ressalva para que a grade fosse revista no final do primeiro trimestre, porque acredita que se possa dirimir a carga horária, principalmente da Educação Digital, porque se preocupa com a carga horária de 1h20min, não sabe se a rede vai estar preparada para o início de 2026 para dar conta de 1h20min do novo componente curricular, embora tenha toda uma programação de formação. A Conselheira pede para que conste no documento o posicionamento de que no final do primeiro trimestre fosse revisto a organização. A presidente Carolline coloca que no Conselho tem os Conselheiros da Educação Básica que são fundamentais para ouvir

quem está lá fora e trazer para o Conselho o olhar deles. A Conselheira Andreia coloca que em sua visão tanto geografia como história pode ser trabalhado em língua portuguesa, o professor regente que irá ver se dá para trabalhar tal texto e muitos já fazem isso, acha que pode se tentar e talvez a SEMED tenha que direcionar formações para que os professores comecem ter essa visão de puxar tudo isso e incluir, se assusta um pouco com a questão da Educação Digital e também artes com tanto tempo, mas deve-se tentar a proposta. A Conselheira Dhebora coloca que na discussão foram citados vários prós e vários contras, mas acha importante que se avalie porque até a questão do profissional de apoio, é uma lenda em SJP, há anos se tenta colocar isso, sabemos da necessidade disso, mas não acontece, cada hora por um motivo, então se daqui 1 trimestre toda essa organização que foi calculada várias vezes em reunião, foi associado em todo currículo que está escrito, trabalho de anos de SJP, uma escrita de todas as áreas, foi retirado o Inglês, ficou só para a Educação Integral, precisa verificar como que vai ficar também, e se continuar sem o profissional de apoio, não tem porque permanecer com uma grade que foi feita toda uma reorganização para tentar contemplar necessidades e continuar não contemplando, a construção foi feita de uma forma com os conselheiros bem preocupados, foi uma decisão extremamente difícil para todos os Conselheiros, não sabíamos onde tirar e onde colocar, e a questão da Educação Digital é muito preocupante, sabemos que é lei e precisa ser efetivada, mas precisa também estar atenta para como esse trabalho irá se dar, que não seja algo só para constar na grade horária, dizer que tem e lá na ponta as coisas não acontecem. A participante Franciele pede desculpas pela sua emoção, foi um dia difícil para ela, mas não podia deixar de manifestar a sua posição oficialmente. A Presidente Caroline coloca que o Conselho é um lugar democrático, acolhe o que foi manifestado por ela, foi bom ela ter participado para que não saia uma fala de que o Conselho fez sem pensar, que não foi discutido, que não saia essa caracterização da nossa decisão sobre a distribuição dessa forma, mas de algo que foi muito discutido. O Conselheiro Clayton coloca a sua opinião dizendo que acredita na materialidade, quem constrói a escola são os professores e os alunos, então acredita que os professores irão transbordar esse quadro e trarão essa luta para junto das crianças, dentro da sala de aula, não pode ficar preso somente naqueles números, precisa fortalecer os professores para que eles possam lutar contra isso, dentro da estrutura que está, lutar. A Presidente Caroline reforça que essa discussão começou na gestão passada, está colocando isso para que não saia uma fala de que isso é algo que a gestão nova inventou, houve a necessidade de colocar a Educação Digital, na outra gestão já foi apontado para o Conselho a necessidade, não foi algo de agora, inclusive as discussões começaram na gestão anterior. Dando seguimento a Presidente Caroline pede para que o Conselheiro Rodrigo faça o controle da votação. O Conselheiro Rodrigo chama pelo nome todos os conselheiros titulares e os suplente dos titulares ausentes e todos votam. Após a conferência dos votos foram 14 votos favoráveis, 2 votos contrários e uma abstenção. A Presidente Caroline coloca que o documento irá seguir para a SEMED, com a inclusão da ressalva solicitada referente a avaliação no primeiro trimestre. A Conselheira Ana Lucia pede para destacar também que o inglês fará parte da Educação Integral. Dando seguimento à pauta a presidente Caroline coloca sobre a recomposição das Câmaras, tem bastante trabalho, então precisa de

conselheiros dentro das Câmaras para fazer o estudo, as reuniões são on line, tem sido pela manhã, começando pela Câmara de Educação Infantil estão: Ana Lucia, Ana Paula, Carol, Dani, Leila, a Marilza enviou que tem interesse de compor. Os conselheiros que se dispuseram à participar foram: Adriano e Marillette. A Câmara do Ensino Fundamental e Especial hoje tem: Ana Lucia, Carol, Clicie, Dhebora e Maristela, se dispuseram à participar: Andreia, Brayan, Clayton, Denise, Marillette e Valdelíria. Na Câmara de Normas e Planejamento hoje estão: Ana Lucia, Angela, Carol, Clicie, Dhebora, Marinês, Marilza, Rodrigo e Sandro. Os Conselheiros que se dispuseram à participar foram: Daniela, Lucinéia, João, Maria Helena, Andreia. Na Câmara do Ensino superior estão: Carmen, Carolline, se dispuseram a participar: Ana Lucia, Clicie, João e Rodrigo. A Presidente Carolline coloca que antes de publicar irá enviar no grupo para revisão e confirmação. Seguindo para a pauta das correspondências a Presidente Carolline faz a leitura do ofício nº 116/2025 do CMDCA, sobre a fiscalização dos Centros de Educação Infantil, no ofício solicitado a informação se há mapeamento e acompanhamento dos CEIs do Município e qual a quantidade. A Presidente Carolline informa que foi encaminhado para a Divisão de Estrutura e Funcionamento e foi apontado que a fiscalização é de acordo com a Deliberação nº20/2020, nenhuma unidade abre sem o acompanhamento e supervisão, porém o que chamou atenção foi o pedido de regularidade da fiscalização do CMDCA do Paraná. A Presidente Carolline propõe para o Conselho que comece a fazer algumas frentes de fiscalização e acompanhamento, devido a cobrança desse ofício e sugere dividir em 4 frentes: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Tempo Integral e Especial, e se possível fazer ainda esse ano visitas em duas unidades de cada uma dessas demandas. A Conselheira Clicie coloca que é importante que antes das visitas seja definido o norte de fiscalização, por exemplo; vida legal, estrutura física, capacitação dos profissionais.. A Conselheira Leila coloca que recentemente esteve uma reunião com a Secretária e foi solicitado que nenhum departamento se meta no departamento do outro, porque a estrutura tem um olhar, o compra de vagas tem outro e tem a parte que é da vigilância sanitária, precisa estar interligado, a Divisão de estrutura e funcionamento é muito presente nas unidades, o que precisa de fiscalização com urgência são os Centros de Recreação Infantil, acha importante o Conselho participar da fiscalização mas antes ter uma conversa com esses três departamentos para verificar o que cabe a cada um, tem conhecimento de que quase todas as unidades privadas estão regularizadas e as que não estão, ainda estão em processo, mas o que tem de monte no município são várias casas lotadas com crianças sendo atendidas sem autorização, não se sabe o tipo do cardápio, cobram 300 reais e ficam com as crianças até as 7,8 horas da noite, acha que isso sim precisa regularizar, já foi tentado, mas é algo que não cabe ao Conselho. A Presidente Carolline coloca que o pedido do CMDCA é dentro do que é regular, os CEIs e os CMEIs. O Conselheiro Adriano coloca que a idéia do documento não é verificar esses Centros que estão atendendo de modo regular, a questão do Centro de Recreação, nasce da falta de capacidade do Município de atender as crianças, se o Município ao longo dos anos tivesse se programado, não teria isso. O conselheiro João coloca que a Divisão de Estrutura segue um protocolo cada vez que vai em alguma unidade, sobre o que ver, o que conversar, não entramos em demanda de outros da SEMED, o protocolo foi


construído em conjunto, dialogando com as Escolas privadas, mas acha importante que o Conselho no seu papel de fiscalizador e monitoramento, eventualmente fazer uma visita, até junto com a Divisão de Estrutura, caso alguém queira, ou a parte, construindo um protocolo próprio, mas é importante o diálogo do que foi construído no decorrer do tempo para que pudesse fazer, essa abertura de poder falar e trazer para o Conselho quando houver alguma dúvida, até para cumprir o que o CEDCA aponta, outra questão mais complexa seria os Centro de Recreação, é uma demanda não só de São José dos Pinhais a ausência de contra turno, de uma Educação integral que atenda à todos ou outro espaço de convivência que pudesse absorver, mas precisa ter muito cuidado quando traz isso para a Educação, se ele não é um instrumento da Educação, se está definido como outras atividades, funcionando de maneira clandestina ou não, não tem como controlar porque não passa por uma fiscalização prévia de autorização, então precisa olhar com cuidado para os que estão dentro da organização legal e principalmente esses centros de recreação que pretendem regularizar e tornar uma unidade educacional, a divisão tem ido feito o trabalho de explicar o que é necessário e preciso para atender nossos estudantes, e aqueles que não quiserem entender que não é o nosso papel fazer esse trabalho, uma vez que a divisão não pode se responsabilizar por algo que não se tem controle sobre a origem, quem vem lidado com isso geralmente é o finanças que libera o alvará e tem esse controle, a demanda da Divisão é em cima das crianças que se estiver e idade obrigatória e não estiver na escola precisa fazer o imediato acompanhamento para que vá e de 0 a 3 a indicação que vá para alguma vaga existente. A Conselheira Leila ela coloca que sabe de vários Centros de recreação que receberam denúncia, a divisão de estrutura foi até o local, foi orientado, legalizado e se transformaram em CEI, mas tem muitos outros cheios de crianças que são responsabilidade do Município. A Conselheira Marillette coloca que já teve situação de abuso sexual, acontece várias coisas erradas, a menos já fez várias visitas com a Gestão passada e foram visitos coisas absurdas, então acha que precisa ter uma fiscalização do Município e criar uma lei específica para esses centros de recreação. A Conselheira Ana Lucia acrescenta que a visita pode ser feita tanto pelo Conselho, ou pelo Compras, mas a orientação em relação à estrutura é só da Divisão de Estrutura e Funcionamento, várias vezes a mesma falou com agora Divisão de Programas e Projetos de que não poderia entrar dentro da unidade mesmo para fiscalizar em relação ao contrato, pode-se anotar, vê os erros e passar para a Divisão de Estrutura, quando o Conselho for fazer a visita, precisa fazer um relatório e encaminhar para o setor competente. A questão dos Centro já vem desde a pandemia, já foram chamados o Conselho, a Divisão de Estrutura, a Vigilância Sanitária e o Conselho tutelar, era feito a visita e todos que tinham condições de regularizar foram transformados em Escola de Educação Infantil, foi solicitado que o Conselho fizesse uma Deliberação para os Centros de Educação Infantil, mas não é possível, quem dá o alvará deles é a Secretaria de Finanças, então se tem problemas não vai para a Educação porque não é educacional, precisa ter uma alinhamento entre Secretaria de Finanças, Secretaria de Educação, a melhor forma é orientar para que vire um Centro de Educação, mas o município não tem como acolher todas as crianças. O Conselho Adriano coloca que isso gera confusão na hora de analisar a demanda do sistema azul, sobre as crianças que querem vagas, porque as crianças que

estão nos centros estariam na fila, muitas podem não estar, então quando zerar ainda vai ter as que estão no centro. A Presidente Carolline pede para dar o encaminhamento de como montar a comissão, porque senão a discussão vai se alongar e tem bastante coisa ainda, os Centros de recreação não estavam em pauta, então pede para que os conselheiros foquem no que estava em pauta. A Conselheira Clície sugere que possa trabalhar em parceira com a Secretaria que dá o alvará, para que quando chegue um alvará solicitando centro de recreação, que antes de dar o alvará, solicite uma vistoria da Secretaria de Educação, vincular isso para ter sinalizado onde que é e ter um mapeamento disso. A Conselheira Ana Lucia coloca que já houve uma conversa sobre isso e a solicitação foi feita. A Conselheira Clície sugere formalizar via Câmara se for possível, pelo menos terá um mapa no município, de onde estão abrindo esses centros de recreação. O Conselheiro João sugere que a questão fique para uma pauta futura e até pensar como uma recomendação do Conselho para a Prefeitura. A Presidente Carolline concorda e coloca que pode ser feito um ofício com o que a Leila e os demais Conselheiros falaram, porque é algo bem sério. A Presidente Carolline sugere que antes de montar a Comissão, criar um roteiro, ver o que o regimento pauta sobre o que o Conselheiro pode fazer em uma visita dentro da unidade, então dirige a demanda para a Câmara de normas e se não for possível ainda esse ano, fica para o ano que vem, a Presidente pergunta se todos concordam e se alguém se abstém ou é contra? Todos concordam. Dando seguimento a pauta a Presidente Carolline faz a leitura do ofício nº 408/2025 da SEMED, que encaminha os Termos de Fomento do Município com instituições que atendem crianças e estudantes público-alvo da Educação Especial, a Presidente coloca que o ofício não foi uma provocação do Conselho, a Secretaria porsí só enviou essa prestação. A Conselheira Clície coloca que o ofício foi enviado em cumprimento a Resolução nº03/2015, para conhecimento. Seguindo para o próximo ofício nº 415/2025 da SEMED, que solicita a dispensa dos alunos da Educação em Tempo Integral, no dia 17 de novembro, para que os professores que atuam nessa modalidade possam participar do I Seminário de Práticas Exitosas da Educação em Tempo Integral de São José dos Pinhais. A Conselheira Ana Lucia questiona se seria só os professores do Tempo Integral, porque tem professores que dão aula no regular e no tempo integral, precisaria fazer um levantamento para ver se não terá prejuízo. A Conselheira Denise coloca que geralmente as unidades tem o profissional que é fixo e o que cobre hora atividade, será priorizado o profissional que está no dia dia, para participar dessa troca. A Conselheira Leila pergunta se as crianças do 5º ano ETI, estão retornando para o regular? A Conselheira explica que tem algumas crianças da Escola Padre Pedro Fuss que foram dispensadas do ETI na parte da tarde, pelo que a mãe falou é porque como no próximo ano eles irão para o sexto ano, é para eles irem se adaptando na rotina. A Presidente Carolline pede para que a Conselheira Leila, conduza essa mãe a procurar o Departamento de Ensino Fundamental, é lá primeiramente que ela tem que resolver essa situação. A Conselheira Maria Helena pede que se os alunos forem dispensados, que avise a Divisão de Merenda para que se faça o cancelamento da merenda. A Conselheira Ana Lucia pergunta se a Escola Ernestina irá participar também? A Conselheira Denise coloca que sim e terá que rever porque é totalmente integral. A Conselheira Ana Lucia acha melhor dispensar e fazer outro ofício para o


Conselho sobre a Escola Ernestina. A Presidente Caroline coloca em votação a dispensa dos alunos nas unidades que possuem E.T.I, exceto para a Escola Ernestina. O Conselheiro Rodrigo organiza a votação, todos os conselheiros aprovam a dispensa. Seguindo para o próximo ofício nº 432/2025 da SEMED, que encaminha para análise e estudo o projeto da Sala de Apoio Especializado para Transição Escolar, elaborada pelo Departamento de Inclusão e Educação Especial, o documento foi direcionado para a Câmara de Ensino Fundamental e Especial. A Conselheira Denise coloca que conversou com a Sirlei Coordenadora do E.T.I. e a mesma disse que para Escola Ernestina foi pensado em dispensar o período da tarde, e manter de manhã que é o regular. A Presidente Caroline pergunta se há alguém contra essa decisão ou se abstém? Ninguém se manifesta. A Presidente coloca que então irá no ofício essa decisão sobre a Escola Ernestina. Seguindo a pauta das correspondências a Presidente Caroline faz a leitura do ofício nº 434/2025 da SEMED, que informa em resposta ao ofício do CME nº070/2025 que foi concedido à Conselheira Marilza, Presidente do FUNDEB e Diretora do Departamento de Educação Infantil a autorização para representar a Secretária no Congresso da UNCME em Fortaleza. Presidente Caroline explica que esse ofício foi em resposta ao que foi enviado com os nomes da Maria Helena, Maristela, Caroline e Vanessa, indicados para participar do Congresso, foi deliberado lá na SEMED que quem iria como representante da SEMED seria a Marilza e não a Maria Helena, a Presidente Caroline coloca que foi falar com a Secretária para que a Maria Helena que foi a sorteada pudesse ir, novamente a Secretária deu a negativa, entende que a Marilza não é a representante do Conselho no Congresso, estaria indo como representante do FUNDEB . O Conselho deliberou e operou um sorteio com quem se dispôs a participar, e tem a questão do Direito do Conselheiro à formação que está no regimento e na lei, não é o que o Conselho Pleno decidiu em conjunto, foi cortado o Direito da Conselheira Maria Helena por um entendimento da SEMED que atualmente é esse. Dando seguimento a Presidente coloca sobre o ofício nº 440/2025 da SEMED, que encaminha a minuta de alteração da Resolução 02/2015, o documento foi direcionado para estudo da Câmara de Educação Infantil, será encaminhado para os conselheiros. O próximo ofício é nº 457/2025 da SEMED, que foi enviado em resposta ao que foi solicitado pelo CMDCA a respeito do mapeamento e fiscalização dos CEIs. O próximo ofício foi solicitado pela Leila, do Centroe Educação Infantil Carvalho, que solicita a alteração do recesso do dia 15 de outubro para o dia 13 de outubro. A Conselheira Ana Lucia coloca a sua preocupação com a crianças, porque tem alunos do compras e o recesso do município é na quarta feira, como que ficaria a questão dos irmãos, teria que conversar com as famílias e verificar. A Conselheira Leila coloca que trouxe porque foi um pedido das professoras, mas pode fazer uma pesquisa com os pais e a maioria das crianças são filhos únicos. O Conselheiro Sandro questiona se isso não daria abertura para outras escolas estarem fazendo isso?. A Conselheira Clície concorda com a colocação do Sandro. A Conselheira Leila solicita a retirada do seu pedido da pauta. A presidente Caroline dá sequência a leitura do ofício nº 461/2025 da SEMED, que encaminha propostas de alterações, supressões e acréscimos referentes a Resolução nº 03/2015, a qual trata da organização dos serviços da Educação Especial Municipal. O documento será direcionado para a Câmara do Ensino Fundamental e Especial. O próximo ofício nº

470/2025 da SEMED, solicita a utilização de um dia do calendário letivo para que seja usufruído o ponto facultativo de 27 de outubro, de acordo com o decreto municipal nº 6.429/2025. A Presidente coloca em votação, perguntando se alguém é contra ou se abstém. Ninguém se manifesta contrário ou se abstém. Dando seguimento à pauta a Presidente Carolline apresenta o resultado da pesquisa sobre o Calendário Escolar, a pesquisa foi enviada por e-mail para a SEMED e também para todas as unidades de Ensino, A Presidente registra que na primeira pergunta do formulário nas opções que foram colocadas, a mesma não lembrou do Educador, não fez por mal e não tem nada contra a classe, chegou até o conselho a conversa de que alguns educadores não responderam porque não eram “outros”, então registra um pedido de desculpa aos Educadores. Seguindo com a apresentação da pesquisa, na pergunta 1- Qual o seu cargo/função na SEMED?, foram 949 respostas e 73% são professores. 2- Caso tenha respondido OUTRO na pergunta acima, especifique. 3- Na sua percepção, o calendário escolar atual oferece oportunidades suficientes para a Reunião Pedagógica, Conselho de Classe, Conselho CMEIS e Estudo de caso? 59,4% sim, considero adequado. 4- Em relação à inclusão de sábados letivos no Calendário Escolar, qual sua opinião considerando o impacto no aprendizado das crianças/estudantes e na interação com as famílias? 41% Sou contrário, pois acredito que pode sobrecarregar alunos e professores. 5 - Caso sua unidade escolar utilize ou venha a utilizar sábados letivos, quais tipos de atividades você considera prioritárias e mais eficazes para serem realizadas nesses dias, visando a autonomia da unidade? (Selecione todas as que se aplicam) a mais respondida 52% Atividades culturais, artísticas e esportivas que promovam a integração e o engajamento. 6 - Como você avalia a frequência e a duração das reuniões pedagógicas realizadas em sua unidade escolar em relação à sua efetividade para o planejamento e a troca de experiências? 56,5 % A frequência e a duração são adequadas e produtivas. 7 - Quais desafios ou dificuldades você observa na implementação e na otimização de sábados letivos, e que sugestões você daria para superá-los, garantindo o engajamento e a participação de todos? Foram 679 respostas que serão enviadas por e-mail para os Conselheiros, a Presidente Caroline coloca sobre a questão religiosa do sábado, acha importante ter uma normativa da SEMED em relação à reposição do sábado letivo. Seguindo a leitura das perguntas: 8 - Em relação à flexibilidade do calendário escolar para se adaptar a eventos inesperados, quais mecanismos ou estratégias você considera importantes serem previstos? 61,1% Autonomia para a unidade de ensino solicitar o ajuste do calendário conforme a necessidade da comunidade escolar. 9 - Qual a sua opinião sobre a importância da data de início, término e os recessos escolares das unidades serem sincronizados com os do Estado? 57,1% Muito importante, facilita a organização familiar e o planejamento de atividades conjuntas. 10 - Qual a sua opinião sobre usar o sábado letivo para reuniões pedagógicas, conselhos de classe e estudo de casos em vez de aulas, para evitar a dispensa de estudantes durante a semana? 47,3% Sou a favor, pois essa medida protege o tempo de aula do estudante, garantindo que o calendário escolar seja cumprido sem interrupções. A Conselheira Leila coloca que o SINEPE e a ASSEPART também fizeram uma pesquisa e na Rede particular somente uma unidade do São Marcos colocou que tem uma baixa participação, mas mesmo assim em torno de 70%. A

Conselheira Leila faz a leitura do e-mail que foi encaminhado ao CME, que coloca que nas unidades particulares a maioria das famílias participam do sábado letivo, o Sinepe e a Assepart se colocaram preocupados em relação á troca, principalmente na questão de não ter autonomia para definir esses dias, os colaboradores trabalham em regime CLT e pode gerar custos com horas extras futuramente. Solicitaram que caso isso aconteça a rede particular tenha autonomia para definir seu calendário escolar, respeitando as normativas legais sem causar qualquer prejuízo financeiro e principalmente afetar o vínculo com as famílias e crianças atendidas e que as escolas que atendam ao Programa Aquisição de Vagas tenham a mesma autonomia para definir sua reunião pedagógica e sábado letivo, que apenas inicie as aulas e o término no mesmo dia em que a rede pública conforme previsto em contrato. A Presidente Caroline coloca que na nova deliberação as Escolas do Programa de Aquisição de vagas não tem mais esse compromisso de seguir exatamente o calendário do Município, terá que cumprir somente o início, o final e o recesso de julho. Dando sequência a reunião a Presidente Caroline coloca que foi visitar a obra da Escola Leci Caldeira, sozinha, a escola está muita linda, foi também na Escola Jorge Nascimento e acompanhou a aplicação da Prova Paraná, a Diretora comentou que teve dificuldade pela forma como a prova veio, mas não em relação a SEMED, a prova não condizia com o que o Município está trabalhando no momento. A Presidetne Caroline coloca que não houve nenhum apontamento na ata, então pergunta se todos estão de acordo com a aprovação da ata. Ninguém se manifestou contrário. Nada mais havendo para tratar a presidente agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

Documento assinado digitalmente
 CAROLLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA
Data: 17/11/2025 14:17:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO CRISTIANO DE OLIVEIRA
Data: 25/11/2025 08:49:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação